

## **Particularidades do processo de renovação do serviço social no Brasil: ciclo autocrático, tendência de renovação, projeto ético-político**

### **Particularities in the renovation process of Brazil's social service: autocratic service, renovation tendency, ethical-political project**

DOI:10.34117/bjdv7n1-060

Recebimento dos originais: 03/12/2020

Aceitação para publicação: 06/01/2021

#### **Josicleide de Oliveira Freire**

Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas  
Universidade Federal de Alagoas- UFAL  
Endereço: Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro. Maceió- AL  
E-mail: jcleide.santos@hotmail.com

#### **Jadna dos Santos Cavalcante**

Especialista em Gestão de Políticas Públicas  
Faculdade Integrada Tiradentes- FITS  
Endereço: Av. Comendador Gustavo Paiva, 5017, Cruz das Almas. Maceió- AL  
E-mail: jadna\_06@hotmail.com

#### **Edjane Aragão Dias de Goes**

Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Tiradentes  
Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas  
Endereço: Av. da Paz, 978, Jaraguá. Maceió- AL  
E-mail: edjane.aragao@gmail.com

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de renovação do Serviço Social no Brasil e a forma como os determinantes históricos influenciaram esse processo. Para tanto, tomaremos como ponto de partida a conjuntura brasileira, que sob a égide dos monopólios e de um regime autocrático burguês, desenvolveu uma série de medidas que abalaram todo um conjunto e impôs novas exigências à profissão.

**Palavras-chave:** autocracia burguesa, projeto ético político, renovação, serviço social.

### **ABSTRACT**

This article aims to analyze the process of renewal of Social Service in Brazil and the way in which historical determinants influenced this process. To do so, we will take as a starting point the Brazilian scenario, which under the aegis of monopolies and a bourgeois autocratic regime, developed a series of measures that shaken a whole set and imposed new demands on the profession.

**Keywords:** bourgeois autocracy, political ethical project, renovation, social service.

## 1 INTRODUÇÃO

Na perspectiva de discutir a relação entre a autocracia burguesa, o modelo dos monopólios e seus desdobramentos no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, propomos uma reflexão sobre o que foi a autocracia burguesa, seu papel diante desta nova fase do capitalismo, considerada monopolista. Para tanto, este artigo se deterá nos aspectos conjunturais e sócio-históricos que influenciaram a renovação da profissão. Na sequência, analisaremos as diversas tendências teórico-metodológicas incorporadas pelo Serviço Social: a perspectiva modernizadora de caráter funcionalista; a reatualização do conservadorismo que se deu sob uma vertente fenomênica e, por fim, as três direções da intenção de ruptura. Nessa direção, traremos no bojo desta discussão um debate mais contemporâneo sobre a profissão, ao tratarmos do código de ética de 1986 e 1993, bem como dos preceitos pós-modernos que vêm impregnando a prática da profissão.

## 2 A AUTOCRACIA BURGUESA: ASPECTOS CONJUNTURAIS ESÓCIO-HISTÓRICOS PARA ENTENDER A RENOVAÇÃO

De acordo com Netto (2011), para se entender o período assinalado como ciclo autocrático, faz-se necessário desmistificar o significado daquilo que foi o golpe de primeiro de abril em 1964. Para tanto, devemos nos atentar aos seguintes aspectos: 1º) que este golpe transcende as fronteiras do país, uma vez que se encontra inserido “num mosaico internacional de sucessivos golpes de Estado” (NETTO, 2011, p. 16), atendendo as exigências advindas da alteração na divisão internacional capitalista do trabalho; ou seja, trata-se de uma contrarrevolução preventiva, que se deu em escala planetária, financiada pelos norte-americanos, cujo objetivo era:

Adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (NETTO, 2011, p. 16).

De acordo com o autor, tal empreitada expôs seus resultados mais expressivamente a partir da segunda metade da década de 1960, ao pôr como saldo entre os países onde triunfou a contrarrevolução um desenvolvimento econômico, subalterno aos interesses capitalistas; ao promover a organização de estruturas políticas que visavam à exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacionais, populares e democráticos, e por fim, ao promover um discurso oficial anticomunista. No entanto, vale

ressaltar que tal resultado não foi alcançado de forma homogênea, mas sim, por vias diferenciadas, nos mais diversos países onde se aplicou o golpe, nos quais devem ser considerados os fatores econômicos, sociais e políticos para se compreendermos objetivos e interesses que motivaram as iniciativas imperialistas. Reportando-nos ao caso brasileiro, tais particularidades estavam assentadas em uma dupla condição, seja por uma atividade econômica básica interna, que tinha como eixo gravitacional o mercado externo, seja pela ausente ruptura com seu status colonial.

Segundo Netto (2011), o desenvolvimento capitalista brasileiro não operou contra o atraso, mas para mantê-lo funcional aos interesses do capital. O autor assinala três fenômenos que comprovam esse fato: o redimensionado, ou seja, ele passa a ser refuncionalizado e integrado à dinâmica do desenvolvimento capitalista; há uma exclusão da massa do povo no tocante ao direcionamento da vida social e, por fim, o desempenho do Estado na sociedade brasileira, que não apenas submete a sociedade civil a uma contínua opressão, mas vem historicamente atuando como um “eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos” (NETTO, 2011, p. 19).

Já Ortiz (2010) explicará porque é funcional para a reprodução do capital que o desenvolvimento entre os países não se dê de forma homogênea, mas desigual e combinada, ou seja, em escala mundial, em que o moderno e o arcaico se combinam. Manter esses países em nível de inferior produtividade e inovação em face aos países centrais torna-os produtores de matérias-primas, bem como consumidores de tecnologia e produtos acabados, além de contribuir para um contingente significativo de mão de obra abundante, politicamente frágil e mais barata, para que possa ser explorada. No que compete às matérias-primas, estas se apresentam financeiramente mais atraentes e é praticamente inexistente um entrave geopolítico e tributário que inviabilize o livre trânsito de capital. Outro aspecto é apresentado por Netto (2011), esclarecendo que o Estado, na face monopólica, passa a ter funções específicas, tanto econômicas quanto políticas, e além de garantir o financiamento, deve contribuir para a conservação da força de trabalho, de modo que ela possa ser explorada.

Assim, a forma como se operou o capitalismo no Brasil é considerada como um “desenvolvimento tardio” (CHASIN, 1978, e CARDOSO DE MELLO, 1986, *apud* NETTO, 2011) e se apresenta com um caráter antinacional ou heteronômico, que se dá com a ausência de autonomia no Brasil em função dos monopólios, e antidemocrático ou excludente, pois não há participação popular, ou seja, as decisões são tomadas “por alto”.

É este contexto histórico heteronômico e excludente que gestará na profissão a necessidade de renovação; não algo mecanizado, mas mediado pelas exigências de um desenvolvimento econômico, que impôs à profissão a necessidade de modernização. Dessa forma, seria impensável discutir a renovação da profissão sem se fazer a mediação com tais categorias. Sendo assim, será discutida no tópico seguinte a relação entre a autocracia burguesa e o Serviço Social.

### **3 A AUTOCRACIA BURGUESA E A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Para Netto (2011), a relação entre o Serviço Social e a autocracia burguesa exige uma análise que vai além daquilo que se adjetiva como período ditatorial, expresso pela repressividade. Impõe situar a profissão dentro desse processo, fazendo a mediação entre ela e a dinâmica e o significado histórico da autocracia burguesa no Brasil. E mais, como novas exigências foram sendo colocadas pela ditadura para as práticas, as modalidades de reprodução e as (auto) representações profissionais” (NETTO, 2011, p. 117). É por meio deste caminho que poderemos “rastrear a essencialidade daquelas relações e identificar com nitidez a sua conexão com o Serviço Social” (idem, ibidem).

O autor adverte que o vínculo entre autocracia e renovação do Serviço Social não pode ser visto como algo estratégico, muito menos intencional, como se pudesse haver uma intenção em erodir ou deslegitimar aquelas formas profissionais consagradas e vigentes desde a época de sua emergência; ao contrário, o que se observou até o final da década de 1960 e entrada de 1970 era um discurso e uma ação governamental que validavam um Serviço Social tradicional, haja vista que atendia a uma dupla funcionalidade para preservar o caráter de subalternidade do exercício profissional, uma vez que sua atuação era estritamente operacional, pois eram, nada mais nada menos, que meros operadores da política social, na qual a prática era passiva de questionamentos que pudessem abalar ordem e/ou as estruturas organizacionais e institucionais.

Apesar de a autocracia burguesa ter reafirmado esse caráter tradicional da profissão, a conjuntura posta pelo ciclo autocrático e pelos ditames do grande capital impôs mudanças significativas nos mais diversos setores da sociedade, do econômico e político ao social, e uma delas foi a reorganização do Estado. É diante desse cenário que o Serviço Social também é compelido a reformular não apenas sua prática, mas também sua formação profissional.

No que tange à prática profissional, o processo denominado “modernização conservadora” expressou um momento de significativa expansão no mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais. Isso porque, com o desenvolvimento das forças produtivas específico desse período, houve um acirramento das refrações da questão social, que eram administradas via políticas sociais pelo Estado ditatorial, ainda que, desde os anos 1940, aproximadamente uma década após as primeiras escolas de Serviço Social, já existisse um mercado de trabalho. Porém, é apenas no final de 1950 e início de 1960 que tal mercado se expande.

Com a reorganização do Estado em favor do desenvolvimento dos monopólios e sob o discurso centralizado de um Estado de Segurança Nacional, houve uma reestruturação não só das políticas sociais, mas de toda rede organizacional responsável pelo seu planejamento e execução. Esse processo teve como resultado e primeira medida a reforma no sistema previdenciário, que promoveu significativas alterações em toda sua estrutura, atingindo todo um conjunto de instituições, o que acarretou uma burocratização dos aparatos governamentais nos quais se encontram inseridos os assistentes sociais, bem como uma diferenciação e necessidade de especialização das próprias atividades desenvolvidas por esses profissionais, devido a “um elenco mais amplo das políticas sociais, que das próprias sequelas do ‘modelo econômico’” (NETTO, 2011, p. 121).

Todavia, esta consolidação no mercado de trabalho para os assistentes sociais no período do ciclo autocrático burguês não se deu apenas na órbita estatal, mas estendeu-se para as empresas de médio e grande porte, mais especificamente as grandes empresas monopolistas e estatais, fato ocorrido até meados da década de 1960, quando a profissão experimentava outra realidade, com a inserção nessas áreas de forma residual e atípica. Conforme expõe o autor:

O crescimento industrial que se opera, especialmente nos anos do ‘milagre’, torna este segmento do mercado de trabalho algo extremamente expressivo. É a partir de então que, entre nós, pode-se falar propriamente de um Serviço Social de empresa (NETTO, 2011, p. 122).

Importa salientar que este crescimento macroscópico no mercado de trabalho não foi apenas oriundo daquilo considerado milagre econômico e sim das seqüelas da questão social, produto do desenvolvimento econômico orientado a privilegiar o grande capital, que exigiam paliativos, controle e vigilância da classe trabalhadora.

Esse mesmo mercado de trabalho consolidado não trouxe apenas para a profissão novos espaços para serem preenchidos ou um aumento na demanda, mas na medida em

que esses profissionais se relacionavam com estruturas organizacionais mais complexas e de uma racionalidade burocrática administrativa, os assistentes sociais são requisitados a assumir uma postura mais “moderna”, haja vista que precisavam estar compatíveis com normas, fluxos, rotinas e finalidades que a racionalidade passava a exigir. Tal circunstância implicou uma erosão do Serviço Social tradicional, que passa a adquirir um caráter técnico-racional.

A conjuntura autocrática fazia emergir no interior da profissão a necessidade de um profissional com novo perfil, não mais com traços tradicionais, como “supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional” (NETTO, 2011, p. 123), mas mais moderno, com procedimentos racionais condizentes com as exigências e ditames do capital, dadas as mudanças oriundas da divisão social do trabalho. Isso impõe não apenas mudanças na prática, mas inclusive na própria formação profissional dos assistentes sociais, que a política educacional da ditadura se encarregou de fazer.

No que tange à formação profissional, houve uma aproximação com as Ciências Sociais, mais especificamente com a Sociologia, Psicologia Social e Antropologia; porém, essa vinculação se deu de maneira asséptica, uma vez que a absorção dessas disciplinas se dava de forma desvinculada de criticidade, fato que é justificado pela sua virgindade acadêmica no período. Compete aqui assinalar que este processo de renovação foi impregnado por várias tendências, as quais trataremos no tópico seguinte.

#### **4 AS TENDÊNCIAS TEÓRICAS METODOLÓGICAS DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

Em *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (2005), Netto irá tratar do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, que se deu entre os anos 1960 e 1980, no nível de suas formulações, as quais foram denominadas “teorização”.

Para Netto (2011), a renovação do Serviço Social é demarcada em três momentos: o primeiro corresponde à segunda metade dos anos 1960; o segundo, ao lapso temporal de dez anos, e o terceiro, com a abertura dos anos 1980. Esses três momentos encontram-se diretamente ligados aos organismos que sustentam o processo de renovação: no primeiro momento, há o impulso organizador e monopolizador das iniciativas do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), que abrirá as séries dos importantes “seminários de teorização”. O segundo momento contará tanto com a

participação do CBCISS, quanto com a inquietação dos cursos de pós-graduação recém-inaugurados; o terceiro acrescentará a essas duas instâncias as agências de formação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), e categorias profissionais como associações, posteriormente sindicatos, e a Comissão Executiva de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CNEAS), dentre outros.

De acordo com Netto (2011), o processo de renovação do Serviço Social brasileiro se dá por meio do entrelaçamento de duas dinâmicas: as demandas sócio-institucionais postas à profissão e a dinâmica interna da realidade profissional. Sob esse ponto de vista, o processo de renovação da profissão é entendido pela mediação entre profissionalidade e sociedade, que seria o resultado das respostas construídas pelos profissionais, por meio dessa articulação. Até a segunda metade da década de 1960; o Serviço Social experimentava uma projeção interventiva consensual e homogênea, que se manifestava por uma unidade nas suas propostas profissionais e se mostrava carente de uma elaboração teórica significativa. É na autocracia burguesa que ocorre o processo de laicização no Serviço Social, ao se imporem novas exigências tanto na sua formação quanto no exercício profissional, levando a uma ruptura com este cenário.

As consequências no interior da profissão foram as mais diversas e ocorreram em todos os níveis, dentre elas, uma disputa pela hegemonia no processo profissional em todas as suas instâncias, tais como o projeto de formação, os paradigmas de intervenção, os órgãos de representação, dentre outros. O que podemos observar é que, na mesma proporção em que a autocracia burguesa impôs ao serviço social novas exigências que lhe atendessem as necessidades, a profissão apontou novas possibilidades e alternativas para uma prática profissional modernizada.

O ingresso do Serviço Social no debate teórico-metodológico corresponde a um dos elementos nesse processo de renovação que se deu em meados da década de 1970, graças à inserção da profissão no circuito universitário, fato importante para a fomentação na área da pesquisa e investigação, ainda que em meio a uma universidade domesticada pela ditadura. Essa inserção foi necessária para a gestão de uma massa crítica, que criou, pela primeira vez, as condições para o surgimento de um padrão acadêmico. Não se pode negar que tal incentivo na política educacional e cultural representava uma estratégia da autocracia burguesa para produzir profissionais aptos e capazes de atender suas demandas “modernizadoras”. No entanto, este empenho produziu um resultado inverso, uma vez que contribuiu para a profissão adquirir um acúmulo que seria posteriormente direcionado diversamente.

Um dos traços que expressa a renovação na profissão é o pluralismo profissional, aspecto distinto da homogeneidade anterior e que se efetiva nos diferentes procedimentos que norteiam e legitimam a prática e a validação teórica. Todavia, esse pluralismo não se desfaz de sua vertente conservadora, uma vez que os fundamentos da instituição profissional serão deslocados para bases de raízes ético-morais e por uma prática que age por meio da intencionalidade do agente, com uma teoria inconsistente, sem a capacidade de se fazer uma relação entre essas duas dimensões: teoria e prática.

No que tange ao esforço em adquirir uma validação teórica, a profissão passou a se questionar, articulando os problemas da sociedade com as demandas postas à profissão e a contribuição das Ciências Sociais em respondê-las. Isso fez surgir uma mudança do Serviço Social frente às Ciências Sociais, deslocando-se de uma posição subalterna para uma atitude crítica sobre os seus fundamentos.

De acordo com Netto (2011), “a autocracia burguesa contribuiu para um processo de erosão do serviço social ‘tradicional’” (NETTO, 2011, p. 137). Essa erosão se expressará nas distintas representações que a profissão fará sobre si e que se desenvolverão diferentemente, quer cronológica, quer teoricamente. Tal processo se dá em três direções: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e ruptura com o Serviço Social “tradicional”.

A perspectiva modernizadora representa uma resposta da categoria às exigências impostas pela autocracia burguesa à profissão, ao pôr novas demandas às políticas sociais. Coube à autocracia adequar o Serviço Social como um instrumento interventivo a favor de seus interesses, mediante o desenvolvimento capitalista para as exigências vindas do processo sociopolítico do pós-64. Essas formulações ganharam auge na segunda metade dos anos 1960 e têm como grandes momentos os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis.

As características que compõem esta primeira direção se manifestam pela ausência de contestação à ordem sociopolítica; o profissional busca um respaldo por meio de um aparato técnico que lhe permita responder as demandas, contribuindo para o processo de desenvolvimento da sociedade. Apropria-se, assim, de uma metodologia viesada pelo estrutural-funcionalismo norte-americano, mas com um reporte aos valores tradicionais com vistas não a negá-la, mas a enquadrá-la teórica e metodologicamente no viés de “modernidade”.

Quanto à segunda direção, entendida como reatualização do conservadorismo, não há uma inflexão do Serviço Social, mas uma recuperação da herança histórica e

conservadora da profissão. Mais especificamente, uma reatualização do pensamento católico tradicional, mas sob um verniz de modernidade, ao incorporar matrizes intelectuais sofisticadas, que não se faziam presentes anteriormente na tradição da profissão, o que justifica a expressão renovação. Inspira-se na fenomenologia e foi amplamente difundida nas instituições universitárias do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde encontrou espaço de influência.

A terceira direção, identificada como intenção de ruptura com o Serviço Social “tradicional”, mostra-se distinta das direções anteriores, pois nela há uma inflexão da profissão que tem “como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho “tradicional” e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos”. (NETTO, 2005, p. 159).

De acordo com o autor, apesar de haver uma pretensão de romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador (tradição positivista) e com os paradigmas de intervenção social (reformismo conservador), houve inicialmente uma conservação dos traços mais dominantes. É nesse período que há uma aproximação com a tradição marxista, ainda que inicialmente débil, dada a interpretações equivocadas, por meio de um marxismo sem Marx. Porém, deve-se também levar em consideração toda uma conjuntura ditatorial que não favorecia este avanço.

Para Netto (2011), a perspectiva de intenção de ruptura se estrutura em três momentos: emersão, consolidação acadêmica e espraiamento sobre a categoria profissional. No momento de emersão, a intenção de ruptura é inaugurada com um grupo de jovens da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, responsável por formular o “método Belo Horizonte”. Esse método consiste numa crítica ao tradicionalismo profissional, para cuja ruptura são apontadas algumas estratégias, entre elas romper com o tradicionalismo, seja em âmbito teórico-metodológico, seja na concepção, intervenção ou formação profissional. Já a intenção de ruptura, assinalada como consolidação acadêmica, ocorreu no interior da academia, marcada pela recuperação da intenção de ruptura do “Método Belo Horizonte” e manifesta nas mais diversas produções intelectuais, iniciando-se com os trabalhos de pós-graduação.

Essas distintas contribuições representam um momento de evolução profissional, que se inicia no início da década de 1970 e se estende até o final da de 1980. Os principais representantes são: Vicente Faleiros, Marilda Villela Yamamoto, Alba Carvalho e Aldaíza Sposati, além das fundamentais contribuições, embora menos visíveis, de Leila Lima, Maria Carmelita Yasbek, Josefa B. Lopes e Nobuco Kameyama. O marco nessas

produções é que a discussão deixa de gravitar em propostas para o Serviço Social, procurando pensar a própria instituição Serviço Social, apropriando-se de fontes clássicas da teoria social, que convergiram para um salto qualitativo na profissão, representado por uma maioria intelectual e teórica na perspectiva de intenção de ruptura, que deu início ao terceiro momento: o espraiamento sobre a categoria profissional, com início em 1982-1983, favorecido pela transição à democracia. Pode-se dizer que houve um protagonismo de todas as instâncias da vida profissional que convergiram para esse processo de ruptura; no entanto, não se pode considerá-las hegemônicas.

## **5 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO: NOTAS PARA UM DEBATE CONTEMPORÂNEO**

De acordo com Bonetti (1998) é na efervescência do processo de democratização e intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional que surge o código de ética de 1986, diferenciando-se dos códigos anteriores ao postular novos deveres aos assistentes sociais, como democratização de informações e correlação de forças no âmbito institucional; esse código de ética apresenta uma ruptura ética, ideológica e política com as perspectivas neotomistas e funcionalistas. Há também a possibilidade de denúncia não apenas das falhas institucionais, mas de outros profissionais — algo que aparecia nos códigos anteriores, mas não era enfatizado, devido à formação teórico- prática—, bem como a orientação ético-profissional, que não possibilitava uma crítica. Os valores éticos dos códigos anteriores tinham como norte a intenção e o dever de “ajustar”; por isso, entre os assistentes sociais, havia sido incutida a ideia de apaziguador de conflitos. Apesar de o código de ética de 1986 se apresentar como uma evolução na prática profissional, houve algumas fragilidades que foram superadas no código de 1993, tais como a necessidade de tornar o código um instrumento não apenas normativo e punitivo, mas de porte político e educativo, o que se justifica pela ênfase ao como fazer e não àquilo que se deve ou não se deve fazer frente aos compromissos assumidos. Há também, no código de 1986, um traço datado, característico da conjuntura em que vivia a sociedade, e que se expressa pelo seu aspecto político e ideológico do processo de democratização.

Guerra (2011) traz ao debate a contemporaneidade dos novos embates para a profissão a partir da entrada dos anos 1990, em que tem início uma ofensiva conservadora balizada pelos preceitos de pós-modernidade. Mais especificamente, o subitem 5.2.1 fará a discussão sobre “o fetiche dos instrumentos e técnicas ou a deificação das metodologias de ação”, por considerar a nocividade dos preceitos pós-modernos que vêm ganhando

força na atualidade e tendem a influenciar o Serviço Social. Concordando com Santos (2007), a pós-modernidade se reflete na essência ideológico-teórica do serviço social, uma vez que “o conservadorismo é um dos componentes do tecido profissional e o sincretismo tende a absorver as novidades paradigmáticas emergentes nas Ciências Sociais” (SANTOS, 2007, p. 11).

A pós-modernidade tem como uma de suas características a centralidade no indivíduo e em suas potencialidades e um pragmatismo derivado do positivismo, em que a razão é instrumentalizada em benefício do capital, a fim de mascarar seus antagonismos.

De acordo com Guerra (2011), observa-se que há uma tendência em se colocar os instrumentos e técnicas acima dos demais componentes que compõem a prática profissional. Essa tendência encontra ponto de sustentação no fetichismo que impregna tanto as relações sociais, como nossas representações e apreensões da realidade. Ao considerar sua presença nas relações sociais, entende-se que o próprio processo que culminou na constituição da profissão nada mais é que uma expressão de conflitos de interesses antagônicos e que vem ciclicamente se cristalizando e reproduzindo-se.

Em sua acepção, é por meio de um processo histórico e não por uma convergência de vontades próprias ou coletivas que a instituição Serviço Social vai adquirindo determinadas particularidades, como o significado sociopolítico, a direção social da intervenção, o projeto profissional, as metodologias, os instrumentos e as técnicas de intervenção. Sendo assim, trata-se de determinações sócio-históricas externas à sua constituição. A forma como seus agentes empregam o instrumental permite uma efetivação do projeto profissional, haja vista que parte de uma atividade não apenas de técnicos, mas de críticos, que por meio de seus conhecimentos estabelecerá a finalidade a ser alcançada. Assim, o movimento que se dá é entre o sujeito e o objeto e não o seu inverso. Esse processo, conforme explica a autora, não pode ser mecanizado, pois “ao atribuir autonomia às metodologias de ação e ao instrumental técnico, ao separá-los e torná-los independentes do projeto profissional, o assistente social acaba por transformar o que é acessório em essencial” (GUERRA, 2011, p. 169).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dessa discussão, emergem alguns aspectos que nos remetem a entender que o processo de renovação do Serviço Social, que convergiu para uma intenção de ruptura com o conservadorismo, não pode ser analisado isoladamente, suspenso da realidade,

desconsiderando-se o contexto social, econômico e político e sem se fazer um nexo de causalidade entre o Serviço Social e essas categorias.

Levando em consideração que o Serviço Social teve sua institucionalização por meio do Estado, o qual impôs exigências à profissão a fim de atender a seus interesses, e estando ela inscrita em meio a interesses antagônicos, sua prática não é passível de inércia e muito menos de uma evolução da ajuda.

Sendo assim, trata-se de um processo histórico, não de uma convergência de vontades de sujeitos isolados; não de nomes próprios, mas de sujeitos coletivos que, pela própria dinâmica da sociedade, e não por vontade pessoal, rompem com os preceitos tradicionais. Esta inflexão na profissão, aliada ao legado marxista, contribui para um código de ética antenado ao compromisso de uma classe e de uma sociedade justa e emancipada, bem como para desmistificar o paradigma sustentado pela visão pragmatista de que na prática a teoria é outra.

## REFERÊNCIAS

BONETTI, D. A. (Org.) **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1998.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.  
\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2005.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.